

# Cadernos **IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
Ano 14 • n° 243 • vol. 14 • 2016



## Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão

Dirce Koga



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

# Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão

*Socio-territorial Diagnosis between the floor and the management*

## Resumo

O artigo parte do dilema evidenciado na gestão das políticas sociais brasileiras na forma de descompassos entre planejamento, execução e avaliação da qualidade dos seus serviços, programas e benefícios. Tomando como foco de análise a política de assistência social, cuja trajetória histórica é envolvida pelas tramas societárias brasileiras, marcadas pela hierarquização das relações sociais, forte conservadorismo e frágil democracia, coloca-se em debate o modo de operar os tradicionais instrumentos de gestão. Neste contexto, corre-se o risco de reproduzir, mais do que descompassos no interior do ciclo da gestão, distanciamentos em relação à dinâmica da realidade vivenciada pelos cidadãos. É nessa direção que se debate o lugar do território na gestão e da perspectiva territorial na composição do diagnóstico social.

**Palavras-chave:** Território; Diagnóstico Socioterritorial; Planejamento.

## Abstract

The article is based on the dilemma evidenced in the management of Brazilian social policies as mismatches between planning, execution and evaluation of the quality of its services, programs and benefits. Taking as focus of analysis the social assistance policy, whose historical trajectory is surrounded by Brazilian corporate plots, marked by the hierarchy of social relationships, strong conservatism and fragile democracy stands in debate how to operate the traditional management tools. In this context, there is a risk of reproducing more than mismatches within the management cycle distances in relation to the dynamics of the reality experienced by the citizens. It is in this direction that the debate about the place of territory management and territory management in the composition of the diagnosis takes place.

**Keywords:** Territory; Socio-territorial Diagnosis; Planning.

Cadernos  
**IHU** *ideias*

**Diagnóstico Socioterritorial entre  
o chão e a gestão**

Dirce Koga

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
ano 14 • nº 243 • vol. 14 • 2016

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS 

**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** José Ivo Follmann, SJ

### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Jacinto Schneider

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

### Cadernos IHU ideias

Ano XIV – Nº 243 – V. 14 – 2016

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Klipp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** MS Jéferson Ferreira Rodrigues

**Imagem da capa:** George Harpwood (Freemagens)

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Editores:** Rafael Tarcísio Fomeck

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467  
Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

# DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL ENTRE O CHÃO E A GESTÃO

*Dirce Koga*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## **Introdução**

A aposta nas ferramentas de gestão no âmbito da política pública e, em particular, nas políticas sociais brasileiras tem revelado alguns paradoxos, e a proposta deste artigo reside em buscar decifrar apenas um deles: os descompassos existentes entre o planejamento, a execução e as demandas concretas presentes no cotidiano dos cidadãos.

Em lugar do que deveria ser um percurso aproximativo entre as ferramentas de gestão e a realidade na qual se intervém, percebe-se quase que uma naturalização da apartação existente entre essas instâncias, como se fossem desconhecidas entre si. A naturalização desse distanciamento entre a gestão da política pública e a realidade vivenciada pelas cidades e seus cidadãos impacta tanto no interior da gestão, como na relação da gestão com os cidadãos.

No interior da gestão, tal distanciamento pode ser observado à medida da reprodução da hierarquização nas relações entre aqueles que “planejam” e aqueles que “executam”, entre o “gabinete” e a “ponta”. São comuns também as queixas entre gestores e técnicos que pertencem a entes federativos distintos, em que nas relações tornadas hierárquicas, aqueles que atuam na instância municipal, por exemplo, normalmente são colocados na qualidade de meros executores, cujas ações são, antes de tudo, burocratizadas e passíveis de fiscalização.

Semelhante modo de tratamento tende a ocorrer nas relações dos técnicos da gestão com os cidadãos, em que as mediações igualmente tornadas burocratizadas reproduzem a hierarquização entre aquele que “atende” e o “atendido”, entre o “técnico” e o “usuário/beneficiário”. Tendo como referência a política de assistência social, o estudo realizado por Yazbek (1993) ainda pode elucidar as relações de subalternidade estabelecidas entre trabalhadores das políticas sociais e que continuam a mar-

car o modo de operar dessas políticas, por meio de serviços, programas e benefícios.

Em tempos desafiadores como o vivenciado hoje na conjuntura brasileira, em que a jovem democracia é colocada em risco pelo golpe político instaurado pelas forças mais conservadoras e autoritárias do país, tratar dos descompassos nas políticas sociais se faz cada vez mais necessário, a fim de não se perder a perspectiva da universalização dos direitos sociais que lhes devem ser inerentes. Os direitos à proteção social não contributiva em um país de “regulação social tardia” (SPOSATI, 2002) encontram-se na agenda de luta e resistência de parte da sociedade brasileira frente ao contexto de ameaça do reducionismo em que se encontram as políticas sociais.

A partir deste cenário é que se pretende discutir o lugar que tem ocupado o diagnóstico socioterritorial, uma das ferramentas de gestão preconizada pela política de assistência social, especialmente como parte integrante dos respectivos planos das três instâncias federativas. É no âmbito do plano municipal de assistência social que se buscará estabelecer um diálogo, entendendo ser a escala local a mais desafiadora, tendo em vista ser ela a mais próxima do cotidiano vivenciado pelo cidadão.

## **1 O lugar do diagnóstico socioterritorial na gestão**

O diagnóstico socioterritorial no âmbito da política de assistência social tem se colocado como parte integrante do plano, ocupando um lugar central para balizar as metas a serem propostas referentes aos serviços, programas e benefícios. Nesse processo de organização do planejamento das ações, observa-se que na trajetória dessa política pública, reconhecida tardiamente como tal, a ênfase se deu mais nas ofertas a serem efetivadas diante da capacidade já instalada e menos diante das demandas reais a serem atendidas.

Nessa lógica, o cálculo das ofertas na forma de vagas em serviços, programas ou benefícios foi normalmente estabelecido em função de um histórico de atendimento realizado pelos prestadores dos serviços, fossem os próprios órgãos gestores ou as organizações parceiras. Os critérios de manutenção, expansão ou redução das ofertas tendem, ainda hoje, a seguir a lógica do “status quo” da própria política, e não necessariamente o contexto socioterritorial e suas dinâmicas em que se encontra inserida.

Este cenário ainda persiste de forma geral nas políticas sociais brasileiras, cujas raízes da burocracia e meritocracia encontram-se fincadas nos seus modos de operar, em que prevalece o estabelecimento técnico

e hermético de critérios de inclusão, de cadastros e respectivos comprovantes (de identidade, renda e endereço fixo, por exemplo) como mediação suprema entre o direito e o cidadão, abarcando todo o ciclo da gestão.

Tais dispositivos técnicos se configuram na variável suprema para a tomada de decisão dos gestores e técnicos, o que dispensa outras referências ou alternativas diante das dinâmicas dos contextos em que vivem os cidadãos, de novas situações e imprevistos, que fazem parte do cotidiano da gestão. Prevaecem os critérios pré-estabelecidos, e são as diversas ou novas condições emergentes da realidade que necessitam ser adequadas. Quando isto não ocorre, o critério de inclusão se transforma rapidamente em critério de exclusão.

Situação cotidiana pode ser verificada nos casos de incompatibilidade entre o endereço do cidadão e a área de abrangência do serviço, supostamente considerado próximo pelo mesmo. Prevalece a métrica administrativa adotada pelo órgão gestor responsável pelo serviço, que fica reduzido a uma instância de localização predial.

Dessa forma, o planejamento das ações se torna refém de todo o aparato da institucionalidade estabelecida, e que irá nortear o modo de operar da política pública.

Segundo Celso Furtado,

Algo é fundamental: o planejamento não deve destruir as raízes da criatividade. Existe esse risco, pois planejar é impor uma racionalidade que será assumida por todos... Seja qual for seu nível de desenvolvimento, uma sociedade só se transforma se tiver capacidade para improvisar, inovar, enfrentar seus problemas da maneira mais prática possível, mas numa perspectiva racional. (FURTADO, 1999: p.79)

O alcance da racionalidade no Sistema Único de Assistência Social – SUAS é digno de nota em seu percurso de 10 anos na sociedade brasileira. A sua abrangência nacional por meio dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS nos 5.570 municípios deste país de dimensão continental não tem sido tarefa fácil para uma política que tem suas marcas na benemerência, no favor e na focalização aos pobres. Alcançar o patamar de política pública constitui-se em um desafio cotidiano para as equipes de trabalhadores do SUAS nos diversos territórios brasileiros, cada qual com seus processos de formação, suas marcas socioeconômicas, políticas e culturais.

Trata-se de heranças que perpassam o ideário de trabalhadores do SUAS, porque se constituem em amálgamas constituintes do processo de formação da própria sociedade brasileira. Assim, embora o SUAS signifi-

que um avanço do ponto de vista do seu alcance e reconhecimento enquanto política pública, sua gestão ainda enfrenta importantes questões relacionadas ao tensionamento persistente entre a consolidação de seus dispositivos técnico-administrativos e a criatividade citada por Celso Furtado necessária diante da realidade dinâmica, diversa e desigual.

É justamente nesse lugar marcado pelas tensões conviventes entre o mundo administrativo e formal da política pública e o mundo da realidade cotidiana, que se vislumbra a incorporação da cultura do planejamento, em que a produção de informações combine gestão e chão.

A assistência social brasileira, ao completar um ciclo de 10 anos e, ao mesmo tempo, se colocar com um novo plano decenal para 2026, se vê com novos e importantes desafios no campo do seu planejamento, no sentido dessa combinação entre gestão e chão. Sem dúvida, a organização e instalação do SUAS tem redundado na construção de uma semântica comum na identificação de portes dos municípios<sup>1</sup>, dos instrumentos regulatórios e de gestão, com destaque, dentre outros, para a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Isto não é pouca coisa para uma área marcada historicamente pelo conjunto de práticas, cada qual seguindo seus pressupostos (religiosos, institucionais, filosóficos) e objetivos os mais variados e dispersos.

Como bem está afirmado no II Plano Decenal em sua introdução:

Concluída a vigência do I Plano Nacional da Assistência Social, pode-se afirmar que o principal objetivo que sintetiza o conjunto de metas previstas foi, sem dúvida, alcançado: a criação e implantação do Sistema público de proteção social, de natureza não contributiva, em um país de dimensões continentais, diverso e desigual, organizando benefícios e serviços, como provisões públicas, em todos os municípios brasileiros. (BRASIL, 2016: p. 4)

Se o alcance de um patamar institucionalmente mais consolidado do SUAS tem representado um avanço em direção a um alinhamento político-administrativo nos três entes federativos, tal condição tem implicado, ao mesmo tempo, a necessidade de se voltar para as desigualdades socio-territoriais e as diversidades socioculturais que marcam o país. Tal evidência marca a direção deste II Plano Decenal:

Passado o primeiro decênio do SUAS, uma nova fase se inicia, marcada pela necessidade de se UNIVERSALIZAR O SUAS, RESPEITADA A DIVERSIDADE DA REALIDADE BRASILEIRA, COM GARANTIA

---

1 Hoje no campo da assistência social se reconhece a identidade dos municípios de acordo com os seus portes populacionais: Pequeno 1 (até 20.000 habitantes), Pequeno 2 (de 20.001 a 50.000 habitantes), Médio (de 50.001 a 100.000 habitantes), Grande (de 100.001 a 900.000 habitantes) e Metrôpole (mais de 900.000 habitantes).



DE UNIDADE EM SEU PROCESSO DE GESTÃO, PARA CONSOLIDAR A PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL NA SEGURIDADE SOCIAL... Considerando os resultados bastante expressivos já alcançados na primeira década, no que concerne à estruturação e implementação do Sistema, é preciso avançar para que as provisões sejam acessíveis, de qualidade e condizentes com as necessidades sociais dos diferentes públicos e territórios. É necessário que a gestão do Sistema seja aprimorada, considerando, dentre outros aspectos, o pacto federativo entre os entes, as regulamentações que conferem institucionalidade ao Sistema, a gestão do trabalho e a vigilância socioassistencial. (BRASIL, 2016: p. 22)

É nesse contexto que se insere o debate hoje do diagnóstico socio-territorial, enquanto parte do processo de aprimoramento do SUAS, no que concerne ao reconhecimento da diversidade da realidade brasileira, na perspectiva da garantia do acesso às provisões de qualidade, de acordo com as demandas “dos diferentes públicos e territórios”. Encontra-se nesse ponto um contributo fundamental do diagnóstico socioterritorial na gestão da política pública de assistência social: descortinar as particularidades de populações e territórios, sem perder de vista a direção política da política de assistência social.

Tomar o diagnóstico sob esta perspectiva implica na necessária superação de sua abordagem exclusivamente tecnicista voltada para o cumprimento administrativo da gestão. No caso da política de assistência social, a produção do diagnóstico associado ao plano de assistência social lhe confere uma aproximação com a função da Vigilância Socioassistencial, que compõe, juntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos, o tripé do SUAS.

Sendo o diagnóstico socioterritorial constituído no escopo da Vigilância Socioassistencial, passa a ocupar outras centralidades para além de servir ao importante processo de construção das bases e diretrizes para o estabelecimento das metas do plano. O diagnóstico socioterritorial também pode contribuir junto à gestão enquanto gerador de processos coletivos de produção do conhecimento sobre as particularidades dos territórios de referência/abrangência dos CRAS, por exemplo. Envolver as demais equipes da gestão na produção do diagnóstico, para além dos técnicos responsáveis pela produção de informações ou mesmo da Vigilância Socioassistencial, pode se configurar como uma estratégia de incorporação do próprio diagnóstico pelas demais áreas da gestão.

Observa-se, nessa direção, que o envolvimento durante o processo de elaboração do diagnóstico potencializa o próprio uso posterior do mesmo por aqueles que participaram dessa construção, fortalecendo o sentimento de coautoria da ferramenta de trabalho.

Este partilhar do conhecimento enquanto o diagnóstico se processa evidencia a capacidade de os próprios trabalhadores da política serem os protagonistas da produção de suas ferramentas de gestão, evitando o risco de se obter um “diagnóstico encomendado” junto a empresas ou institutos de consultoria especializados em planos e diagnósticos. Ainda que reconhecendo a importância do papel exercido por estes agentes (cada vez mais presentes inclusive na política de assistência social) no apoio aos gestores e técnicos, se torna preocupante a partir do momento em que esta relação retira o protagonismo destes trabalhadores do processo de produção do conhecimento.

Ressalta-se, dessa forma, que o diagnóstico socioterritorial, como já afirmado no Caderno 3 da Vigilância Socioassistencial (Brasil, 2013), coloca-se como um produto da gestão e também como processo, à medida que agrega conhecimentos produzidos por diferentes atores da gestão, incluindo os próprios usuários da política pública e mesmo trabalhadores de outras políticas que atuam nos mesmos territórios.

Necessariamente, um Diagnóstico Socioterritorial demandará diferentes informações e informantes presentes nos territórios a serem (re)conhecidos. Os graus de envolvimento e participação indicarão a dimensão e a consistência das informações produzidas, conhecidas e analisadas. Pois, a participação dos atores no diagnóstico não se resume à posição de “informante” ou “fonte de dados”, mas também de coautoria do diagnóstico, no sentido de que à medida do seu envolvimento no processo de construção do conhecimento socioterritorial proposto se torna também um dos autores. (BRASIL, 2013: p. 72)

Este alargamento do diagnóstico pode gerar novas referências de saberes sobre a população e os territórios de intervenção da política pública, à medida que se deixa envolver pela própria realidade estudada, ultrapassando sua abordagem técnica, agregando uma dimensão participativa. É nesta direção que o sufixo “territorial” do diagnóstico social se coloca como um ingrediente a ser (re)descoberto em sua elaboração.

## **2 O lugar do território no diagnóstico socioterritorial**

Incluir a perspectiva territorial no diagnóstico tem representado na política de assistência social um desafio tão importante quanto a incorporação desta perspectiva na gestão da própria política. Trata-se de inverter a lógica de se olhar para o lugar de intervenção da política pública, tornando o território prioritariamente como ponto de partida e secundariamente como ponto de chegada.

Significa um exercício de superação do território apenas como cenário dos acontecimentos ou dos agenciamentos nele presentes, mas de sua condição de ator, à medida do seu uso, como defendia Milton Santos, e que em sua última obra publicada juntamente com Maria Adélia de Souza volta a enfatizar essa condição do “território usado”:

O território, em si mesmo, não se constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado. (SANTOS; SILVEIRA, 2001: p. 247)

É a partir desse escopo de “território usado” que se propõe debater os sentidos do diagnóstico socioterritorial na política pública, e em particular na política de assistência social, que tem declarado, em sua última Norma Operacional Básica de 2012, a primazia do diagnóstico socioterritorial na elaboração do Plano de Assistência Social, conforme estabelecido no seu artigo 20:

Art. 20. A realização de diagnóstico socioterritorial, a cada quadriênio, compõe a elaboração dos Planos de Assistência Social em cada esfera de governo.

Parágrafo único. O diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades. (BRASIL, 2012: p. 25)

Embora, portanto, os dispositivos legais da política de assistência social sejam esclarecedores e definidores sobre a realização do diagnóstico socioterritorial, ainda se percebem dificuldades para sua efetivação, especialmente na esfera municipal, acrescida da desarticulação desse processo com o ente estadual. A ênfase nos planos não tem sido acompanhada da primazia do diagnóstico socioterritorial como sua sustentação.

Esta ausência de um (re)conhecimento dos chãos de intervenção da política pública tem implicado na produção de planos que, salvo raras exceções, se constituem em um conjunto de informações (metas e cifras) desconectadas da realidade vivida pela gestão, funcionando mais como um instrumento técnico e burocrático. Trata-se de mais um mecanismo para cumprimento de uma obrigação legal da gestão, que não se configura como parte de um real processo de planejamento, que deveria analisar as dinâmicas dos territórios de intervenção da política pública, seus alcançes e déficits na provisão de respostas aos cidadãos.

E nesse cenário outro ingrediente se faz notar nos planos com ausência de diagnóstico: normalmente seus números são genéricos basea-

dos nas informações declaradas no plano anterior, em que não é possível aferir sua coerência e consistência frente às demandas, ofertas, déficits e dinâmicas estabelecidos ao longo do tempo. É como se a realidade não sofresse alteração no tempo e no espaço. Dessa forma, os planos com ausência de diagnóstico se constituem em instrumentos altamente artificiais, sem vida e sem história, porém, encontra seu lugar na gestão, pelo fato de cumprir com as regras técnicas e burocráticas que lhes são exigidas.

E talvez aqui resida um dos dilemas a ser decifrado pela política pública de assistência social nos dias atuais: como produzir seus dispositivos de planejamento “sem perder as raízes da criatividade”, defendida por Celso Furtado. Este dilema é particularmente importante para esta política que completa 10 anos de SUAS, e que tradicionalmente teve seu modo de operar na base das urgências e emergências. Ou seja, a lógica do planejamento ainda é um campo novo, considerando-se as práticas socioassistenciais que emergem desde os tempos coloniais.

Ao mesmo tempo, a herança de atuação a partir de “público-alvo”, entendendo-se aqui os diferentes segmentos da população considerados desde os “mais pobres” até os “mais excluídos”, se conduziu a um acúmulo de práticas especializadas em torno dos segmentos populacionais, privilegiando-se suas características individuais, sem necessariamente contextualizá-las na realidade em que se encontravam inseridas.

Tal ausência de contextos dos segmentos populacionais pode ser um dos indicativos para a dificuldade em se incorporar a dimensão territorial no diagnóstico social. Associar os perfis socioeconômicos desses segmentos aos perfis dos seus territórios de vivência se coloca como parte do desafio a ser enfrentado para a próxima década do SUAS, como já delineado anteriormente, em relação ao II Plano Decenal de Assistência Social.

Torna-se um desafio à medida que os números médios das cidades e da gestão (total de moradores, total de crianças, total de atendimentos) já se colocam como insuficientes para se obter a perspectiva socioterritorial de leitura e interpretação da realidade em foco, considerando as desigualdades e diversidades presentes na escala intraurbana. Mesmo as cidades de população reduzida (aquelas com menos de 20 mil habitantes, e que constituem 70% dos municípios brasileiros) apresentam desigualdades e diversidades de contextos socioterritoriais.

Estes aspectos conjugados remetem ao artigo do Prof. Milton Santos publicado em 28 de fevereiro de 1999, intitulado “O chão contra o cifrão”, e que continua atual, embora escrito no último ano do século XX:

O dinheiro em estado puro dá as costas à realidade do ambiente em que se instala. Ele somente se preocupa com os “outros dinheiros”,

cada pedaço das finanças buscando se harmonizar com outro pedaço – câmbio, juros, taxa de inflação... Mas não com os demais setores da vida social... É por tudo isso que, hoje, seja qual for a escala, o território constitui o melhor revelador de situações, não apenas conjunturais, mas estruturais e de crise, mostrando, como no caso brasileiro, melhor que outra instância social, a dinâmica e a profundidade da tempestade dentro da qual navegamos. (SANTOS, 2002: p. 47,48)

Ao se tratar dos dispositivos do diagnóstico e do plano no âmbito do planejamento da gestão da política pública, se constata, de fato, que seu grande protagonista tem sido “o dinheiro em estado puro”. E, ao mesmo tempo, ao se preconizar a importância de um diagnóstico socioterritorial nessa gestão, portanto, se pretende ultrapassar a questão técnica e alçar o campo de disputa entre “chão e cifrão”.

Sabe-se das dificuldades de ordem financeira, técnica e política que fazem parte desse processo em disputa para se efetivar um diagnóstico socioterritorial que exerça de fato seu papel de “revelador de situações” concretas que se passam no cotidiano dos territórios de intervenção.

Do ponto de vista administrativo, a escala do cotidiano traz alguns desafios para se trabalhar um diagnóstico socioterritorial. Um deles é justamente a dificuldade em se obter as informações das cidades a partir de seus territórios intraurbanos, sejam os bairros, distritos, áreas de planejamento. Tratar os dados estatísticos de forma mais desagregada do ponto de vista territorial ainda se mostra como uma realidade distante de muitas gestões municipais e que envolve outras políticas sociais, além da política de assistência social.

Assim, mesmo que um órgão gestor da assistência social em determinado município consiga trabalhar seus dados de forma desagregada, ainda poderá encontrar dificuldades para compará-los ou confrontá-los com os dados de outras políticas sociais, seja porque estas não se utilizem de desagregação dos dados territorializados da cidade ou mesmo pelo fato de utilizarem uma desagregação diferente.

É prática comum na gestão pública o uso de divisões ou parcelamentos diversos do solo, gerando incompatibilidades de áreas de abrangência entre as diferentes secretarias ou setores, seja em âmbito local ou regional. Assim, as áreas de saúde não são as mesmas da educação, que não coincidem com as da assistência social ou até do planejamento.

Estes desencontros cartográficos expressam as dificuldades da tão aclamada e defendida intersectorialidade no campo das políticas sociais, que começam exatamente no entendimento que cada setor constrói sobre o território comum de atuação, sem diálogo com os demais setores. Resta ao cidadão adequar-se às diversas abrangências a que termina ficando submetido.

Dessa forma, no processo de construção do diagnóstico, em que a porta de entrada dos indicadores é o território ou o conjunto de territórios que compõem a cidade, poderá verificar-se o quanto tem sido complexa a vivência no cotidiano das populações, especialmente aquelas que se encontram em condições de desproteção social ou vítimas da violação de direitos. Inclusive se observará a necessidade de combinar outras informações aos dados estatísticos, no sentido de se obter uma visão mais próxima desse cotidiano.

Diagnósticos socioterritoriais podem (e devem) conter indicadores e estatísticas sobre os territórios, porém há que se ter clareza de suas insuficiências e incompletudes para capturar ou representar as dinâmicas relacionais, as tramas que se dão na escala do cotidiano, nos lugares. (BRASIL, 2013: p.72)

A partir desta perspectiva ou abordagem metodológica, abre-se a possibilidade de se avançar na análise do território enquanto elemento físico-administrativo e incorporar outras dimensões que envolvem seu uso no cotidiano pelas populações. Trata-se de aspectos mais relacionais (e de poder), como as questões de identidade com o lugar, conflitos e solidariedades concomitantes em territórios intensamente disputados.

O reconhecimento de agentes e agenciamentos legais e também informais passa a fazer parte da agenda do diagnóstico, o que implica em estratégias metodológicas de aproximação com esta escala do cotidiano e que se encontram para além dos números e indicadores estatísticos representantes da leitura mais formal da realidade. O universo da informalidade associado à precariedade das cidades brasileiras, que tem marcado esse cotidiano composto, inclusive, por matizes do ilícito, tem sido intensamente estudado por pesquisadores da sociologia urbana contemporânea, como Alba Zaluar (2004), Vera Telles e Robert Cabanes (2006), Lúcio Kowarick (2009), Gabriel Feltran (2011).

Trata-se de esforços empenhados em decifrar outras versões sobre o que se passa nas condições concretas das populações em suas lutas diárias de sobrevivência, embates em que a relação entre proteção e desproteção social se confrontam e misturam diversos e conflitantes interesses, incluindo-se aqui as iniciativas não governamentais e governamentais. Em meio a este cenário é que se faz importante registrar percepções dessa realidade, envolvendo outros sujeitos sociais individuais e coletivos que não só aqueles pertencentes às instituições “legais”, e principalmente buscar outras mediações para torná-los igualmente protagonistas do próprio diagnóstico.

Para tanto, importa mais uma vez lembrar o quanto a criatividade se coloca como ingrediente fundamental em processos que se pretendam

mais horizontalizados de elaboração de uma ferramenta essencialmente técnica. Pois modelos pré-estabelecidos de diagnósticos se tornam obsoletos diante das diversidades socioculturais e territoriais que marcam o grande mosaico brasileiro composto por 5.570 cidades, cada qual com suas dinâmicas, histórias e geografias que ultrapassam os respectivos limites político-administrativos, bem como o mundo urbano e metropolitano. As cidades de pequeno porte, bem como o universo das ruralidades (BITOUN, 2015), colocam-se como realidades marcantes também a serem decifradas.

A articulação entre a dimensão administrativa do território e sua face vivida é que se coloca como um importante desafio metodológico ao se pretender construir um diagnóstico socioterritorial. Tarefa que poderá, inclusive, gerar um deslocamento do próprio lugar institucionalmente estabelecido do diagnóstico, mais afeto ao setor de informações técnicas da gestão pública. À medida do envolvimento da chamada “ponta”, das equipes de execução dos serviços que mantêm relações cotidianas com os territórios de intervenção, o diagnóstico passa a vincular novos matizes aos dados já existentes.

A aproximação dos dados estatísticos com o território vivo e vivido é um dos caminhos centrais na produção de um diagnóstico que se pretende socioterritorial. Significa a incorporação de novas informações, cujas fontes de dados necessitam ser descobertas junto a quem vivencia o cotidiano do território, a escala do lugar.

Estranhamente, trata-se da escala mais utilizada pela política pública para o alcance de suas intervenções e, ao mesmo tempo, talvez a mais desconhecida nos processos de planejamento, pois diz respeito às dinâmicas da vivência, variáveis mais difíceis de serem capturadas pelas tecnologias cadastrais. Para Milton Santos, o lugar se refere ao cotidiano e também se constitui na referência pragmática do mundo, conforme se observará a seguir.

No lugar, um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce ação própria, a vida social se individualiza, e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também, o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2002: p. 322)

## Algumas considerações

O cenário de descompassos entre planejamento, demandas e execução das políticas sociais brasileiras, tendo como referência a política de assistência social, colocou-se como um dos horizontes a se tentar decifrar nesta curta reflexão. Para tanto, o diagnóstico socioterritorial foi colocado como foco, enquanto ferramenta técnica, mas também essencialmente política no campo da gestão pública.

Sem dúvida, as análises referentes à política de assistência social em 10 anos de SUAS demonstram os significativos avanços na organização desse sistema em um país de dimensão continental, com um histórico recente de experiência democrática, portanto, constantemente em risco de retrocesso. Nesse processo de luta sem fim, se evidenciam as disputas cotidianas pelo reconhecimento e afirmação da assistência social como direito social não contributivo no concreto das suas respostas por meio dos serviços, programas e benefícios.

Este embate se dá no campo da institucionalidade da própria política, bem como junto aos setores conservadores da sociedade brasileira, em que prevalece a assistência social como benemerência e favor, afeto ao campo privado e não público da política pública.

Tratar, portanto, dos modos de gestão no campo da política de assistência brasileira implica, necessariamente, considerar este cenário do próprio processo societário que a referencia. Ao mesmo tempo, e esta configurou-se a tônica do presente artigo, as densidades populacionais, desigualdades socioeconômicas e diversidades socioculturais que marcam os territórios brasileiros não podem ser descartadas ou menosprezadas no desenho de uma política pública, cuja trajetória privilegiou as referências e características individuais de determinados segmentos da população.

Tais condições implicadas no modo de operar a política pública encontram no diagnóstico socioterritorial mais do que uma ferramenta técnica, uma estratégia política para trazer à tona informações e informantes que ultrapassem os limites institucionais. Trata-se, nesse sentido, de agregar à gestão a produção do conhecimento sobre a mesma a partir do contexto de sua atuação.

Para esta construção, coloca-se como escala privilegiada de análise o cotidiano local de intervenção da política de assistência social, o que envolveria os territórios intraurbanos de composição das cidades, colocando em questão o (re)conhecimento da territorialização da própria política, na perspectiva da garantia do acesso dos cidadãos à proteção socioassistencial.



Nesse complexo trajeto, entre os dispositivos legais a serem cumpridos e a dinâmica da realidade em pauta, é sempre um risco tornar um instrumento de gestão uma plataforma “burocraticamente correta”, porém “sem os pés no chão”.

Ao se adentrar a escala do lugar observada por Milton Santos como o “quadro de referência do mundo” e também o “teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”, não se poderia encontrar, pelo meio do caminho, com a afirmativa de Celso Furtado, para quem “o planejamento não deve destruir as raízes da criatividade”?

## Referências

- BRASIL. CapacitaSUAS Caderno 3. *Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.
- BRASIL. *II Plano Decenal de Assistência Social*. Conselho Nacional de Assistência Social: Brasília, 2016.
- BITOUN, Jan et al. *As Ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional*. Anais do XVI ENANPUR, Belo Horizonte, 2015.
- FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão – política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP/CEM-CEBRAP, 2011.
- FURTADO, Celso. *O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco – sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 7ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Território e Sociedade*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. *Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SPOSATI, Aldaíza. *Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio*. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.
- TELLES, Vera e CABANES, Robert. *Nas tramas da cidade – trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas/IRD, 2006.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.
- ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.



## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívio* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marínés Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmans e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raizes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Liberdade* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frígidos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni



**Dirce Harue Ueno Koga.** Mestra em Serviço Social (1995) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Serviço Social (2001) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio de Doutorado Sandwiche no Centre National de la Recherche Scientifique – Observatoire Sociologique du Changement. Pós-Doutorado em Serviço Social pelo Institut d'Études Politiques de Grenoble na Université Pierre-Mendes-France (2003) e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Atualmente é pesquisadora e professora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado, atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão social, exclusão social, políticas públicas, território e desigualdade social.

### **Algumas obras da autora**

KOGA, Dirce Harue Ueno. *Medidas de Cidades – entre territórios de vida e territórios vividos*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_; SPOSATI, Aldaiza; ARREGUI, Carola Carbaja; MAESTRO, José. *SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas*. Brasília: Qualitá, 2015.

\_\_\_\_\_; SPOSATI, Aldaiza. *São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais*. São Paulo: SENAC, 2013.

\_\_\_\_\_; GANEV, Eliane; FAVERO, Eunice (Orgs.). *Cidades e questões sociais*. São Paulo: Andross, 2008.

### **Outras contribuições**

KOGA, Dirce Harue Ueno. Por uma metrópole livre. Entrevistadores: Ricardo Machado e João Vitor Santos. *Revista IHU On-Line*, n. 471. [31.08.2015]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

\_\_\_\_\_. A reinvenção das políticas públicas baseadas na diversidade. Entrevistador: Ricardo Machado. *Revista IHU On-Line*, n. 455. [29.09.2014]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



**UNISINOS**